

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GERAL

O presente Regimento explicita um conjunto de normas de funcionamento do Conselho Geral (CG) no que se refere a competências, funcionamento, duração de mandatos, normas das reuniões e votações.

Este documento foi elaborado com base no Regulamento Interno da Escola, no Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho e no Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro).

Artigo 1º

(Definição)

1-O Conselho Geral é o órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da Escola, para efeitos de adaptação ao novo regime de autonomia, administração e gestão estabelecido pelo Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho

2- O Conselho Geral é o órgão de participação e representação da comunidade educativa, devendo esta salvaguardar na sua composição a participação de representantes dos docentes, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do pessoal não docente, do município e da comunidade local.

Artigo 2º

(Composição)

Representantes do pessoal docente	8
Representantes do pessoal não docente	2
Representantes dos alunos - alunos do Ensino Secundário	2
Representantes dos pais e encarregados de educação	4
Representantes do município	3
Representantes da Comunidade local	2
Diretor do Agrupamento (sem direito a voto)	

Artigo 3º

(Deveres dos Conselheiros)

No exercício das suas funções os Conselheiros devem:

1-Estar exclusivamente ao interesse do serviço público;

2-Observar os valores fundamentais e os princípios da atividade administrativa consagrados na Lei, designadamente os da legalidade, justiça e imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé;

3-Contribuir pela sua diligência para a eficácia e prestígio do Conselho Geral e de toda a Comunidade Educativa.

Artigo 4º

(Competências)

1- Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, ao Conselho Geral compete:

a) Eleger o respetivo presidente, de entre os seus membros, à exceção dos representantes dos alunos;

b) Eleger o diretor, nos termos dos artigos 21.º a 23.º do decreto-lei nº137/2012;

- c) Aprovar o projeto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução;
- d) Aprovar o regulamento interno do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
- e) Aprovar os planos anual e plurianual de atividades;
- f) Apreciar os relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do plano anual de atividades;
- g) Aprovar as propostas de contratos de autonomia;
- h) Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;
- i) Definir as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo diretor, das atividades no domínio da ação social escolar;
- j) Aprovar o relatório de contas de gerência;
- k) Apreciar os resultados do processo de auto-avaliação;
- l) Pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários;
- m) Acompanhar a ação dos demais órgãos de administração e gestão;
- n) Promover o relacionamento com a comunidade educativa;
- o) Definir os critérios para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas;
- p) Dirigir recomendações aos restantes órgãos, tendo em vista o desenvolvimento do projeto educativo e o cumprimento do plano anual de atividades;
- q) Participar, nos termos definidos em diploma próprio, no processo de avaliação do desempenho do diretor;
- r) Decidir os recursos que lhe são dirigidos;

Artigo 5º

(Duração do mandato)

1-Os mandatos dos membros CG, inclusive do seu Presidente, tem uma duração de 4 anos escolares enquanto os mandatos dos representantes dos pais/ encarregados de educação e dos alunos têm a duração de dois anos escolares.

2-O cargo de secretário será desempenhado por um elemento do Conselho nomeado pelo presidente do CG. Serão indicados para este cargo, um primeiro e um segundo secretários.

3-Os membros do CG são substituídos no exercício do cargo se, entretanto, perderem a qualidade que determinou a respetiva eleição ou designação.

4-Qualquer membro do CG pode solicitar a suspensão temporária do mandato, por um período não inferior a 30 dias e nunca superior a 90 dias, sempre que se encontre abrangido por:

- a) Doença prolongada, devidamente comprovada por atestado médico;
- b) Serviço oficial ou profissional ou atividade de formação, que impliquem deslocação da residência, comprovado pelo Diretor do Agrupamento no caso dos funcionários docentes ou não docentes e dos alunos, e no caso dos outros membros, pela direção das entidades que representam;
- c) Qualquer outra situação que mereça a aprovação do CG.

5-O requerimento solicitando a suspensão temporária do mandato, acompanhado pela documentação comprovativa, será dirigido ao Presidente do CG e apreciado em reunião extraordinária convocada expressamente para esse efeito; a deliberação será tomada por maioria absoluta dos membros do CG em exercício de funções;

6-O mandato dos membros do CG pode ser dado por findo, após comunicação fundamentada ao presidente do mesmo órgão, com a antecedência mínima de 30 dias ou, no caso do presidente, após comunicação fundamentada ao CG, com a antecedência mínima de 45 dias.

7-As vagas resultantes da cessação e da suspensão temporária do mandato dos membros eleitos são preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, segundo a respetiva ordem de precedência na lista a que pertencia o titular do mandato, no caso dos docentes, não docentes e alunos; no caso dos outros membros, por um elemento indigitado pela direção da entidade que representam, em carta dirigida ao Presidente do CG.

8-A mudança de escola dos representantes do pessoal docente, do pessoal não docente ou dos alunos, determina a cessação do mandato dos respetivos representantes e a correspondente substituição.

9-Nos casos em que se esgotar a possibilidade de substituição dos membros eleitos, será desencadeado processo eleitoral para escolha de novos elementos. Até à conclusão deste processo e início das funções dos novos elementos, a representação será assegurada pelos membros em exercício.

Artigo 6º **(Competências Específicas)**

1-Ao Presidente do CG compete:

- a) Após a confirmação da regularidade do processo eleitoral, proceder à homologação dos referidos resultados, conferindo posse ao Diretor Executivo nos trinta dias subsequentes à eleição;
- b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias, nos termos do artigo 7º deste Regimento e fixar a respetiva ordem de trabalhos;
- c) Presidir às sessões, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento, e dirigir os respetivos trabalhos;
- d) Fixar com o acordo dos membros do CG, a hora em que se realizam as reuniões ordinárias;
- e) Receber e apresentar ao CG o requerimento da cessação de mandato do Diretor do Agrupamento;
- f) Fazer-se representar através dos secretários designados por ele;
- g) Receber e comunicar as declarações de renúncia do mandato;
- h) Assegurar o cumprimento do Regimento;
- i) Canalizar para os órgãos competentes todas as iniciativas e solicitações do CG;
- j) Divulgar pelos meios adequados, as decisões das reuniões;
- k) Solicitar todos os documentos, informações e esclarecimentos necessários à realização das competências do Conselho Geral.
- l) Dirigir grupos de trabalho para cumprimento das competências do Conselho Geral;
- m) Desencadear e dirigir os processos eleitorais para o CG;
- n) Convocar e presidir as reuniões do novo Conselho Geral até à eleição do novo Presidente, sem direito a voto no caso de não fazer parte do mesmo,
- o) Dar posse aos membros do Conselho Geral e proceder à eleição do novo presidente.

2- Competência do Secretário

Compete ao 1º Secretário:

- a) Coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções;
- b) Substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- c) Proceder à conferência das presenças nas reuniões e registar as votações;

Compete ao 2º Secretário :

a) coadjuvar o Presidente do Conselho Geral em tudo aquilo para que venha a ser solicitado.

Artigo 7º

(Funcionamento)

1- O CG reunirá no edifício sede do Agrupamento - Escola EB 2,3/S D. Sancho II, Alijó

2-As reuniões do Conselho Geral devem ser marcadas em dia útil e em horário que permita a participação de todos os seus membros.

3-O CG reúne ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efetividade de funções ou por solicitação do diretor do Agrupamento.

4-A convocatória para reuniões ordinárias deve ser enviada por correio eletrónico, com o mínimo de cinco dias úteis de antecedência e com a respetiva ordem de trabalhos.

5-A convocatória das reuniões ordinárias deve incluir um ponto na ordem de trabalhos, designado por outros assuntos, permitindo aos membros do Conselho Geral apreciar assuntos de interesse do Agrupamento, apresentados por iniciativa de qualquer membro.

6-A receção da convocatória e dos documentos que a acompanham deverá ser acusada para o e-mail do Conselho Geral.

7-Os documentos preparatórios das reuniões deverão ser enviados com uma antecedência mínima de 5 dias.

8- Só podem ser tomadas deliberações cujo objeto se inclua na ordem do dia da reunião.

9- Excetuam -se do disposto no número anterior os casos em que, numa reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros do órgão reconheçam a urgência de deliberação imediata sobre assunto não incluído na ordem do dia.

10-Não podem ser votados documentos ou propostas de revisão que não tenham sido disponibilizados, por qualquer meio, aos elementos do CG.

11-O Presidente do CG deverá convocar a reunião no prazo de 15 dias consecutivos, após a receção do requerimento previsto no ponto três, mas sempre com uma antecedência mínima de 48 horas sobre a data da reunião.

12-A duração das reuniões ordinárias e extraordinárias não deverá exceder o tempo total de duas horas. A reunião poderá desenvolver-se por mais uma hora em casos justificados e aprovados, por maioria simples, pelo CG.

Artigo 8º

(Quórum)

1-O CG só pode deliberar em primeira convocação, quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros com direito a voto.

2-Não comparecendo o número de membros exigido, será convocada nova reunião, com o intervalo de, pelo menos, quarenta e oito horas, podendo o órgão deliberar, desde que esteja presente um terço dos membros com direito a voto.

3-Nas reuniões não efetuadas por inexistência de quórum, haverá lugar ao registo das presenças, à marcação de faltas e à elaboração da ata.

4-As reuniões não terão lugar se não estiverem presentes, com uma tolerância de 30 minutos, a maioria do número legal dos seus membros (metade mais um).

Artigo 9º

(Votação)

- 1-É proibida a abstenção a todos os membros do CG que estejam presentes na reunião e não se encontrem impedidos de intervir.
- 2-As deliberações são tomadas por votação nominal, salvo disposição legal em contrário.
- 3-São tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam a apreciação do comportamento ou das qualidades de qualquer pessoa.
- 4-Não podem estar presentes no momento da discussão, nem da votação os membros do CG que se encontrem ou considerem impedidos.
- 5-As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes na reunião, salvo nos casos em que, por disposição legal, se exija maioria qualificada ou seja suficiente maioria relativa.
- 6-Se for exigível maioria absoluta e esta não se formar, nem se verificar empate, proceder-se-á imediatamente a nova votação; se aquela situação se mantiver, adiar-se-á a deliberação para uma reunião seguinte, na qual será suficiente a maioria relativa.
- 7-Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade, salvo se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.
- 8-Havendo empate em votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adiar-se-á a deliberação para a reunião seguinte.

Artigo 10º

(Ata da reunião)

- 1-De cada reunião será lavrada ata, que conterà um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados: as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações.
- 2-As atas das reuniões são lavradas, pelos membros docentes, seguindo uma ordem alfabética, excetuando o presidente, no caso de ser um docente.
- 3-As atas serão sempre aprovadas em minuta e as minutas serão publicitadas em todas as escolas do Agrupamento e na página do Agrupamento.
- 4-As atas são enviadas por correio eletrónico, ao Presidente, no prazo de cinco dias.
5. As atas são lidas e ratificadas/retificadas na reunião seguinte.
- 6- As atas e as minutas são assinadas pelo Presidente e pelo secretário.
- 7- Os membros do CG podem fazer constar em ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.
- 8-Aqueles que ficarem vencidos na deliberação tomada e fizerem registo da respetiva declaração de voto na ata ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.
- 9- Depois de aprovadas, são feitas cópias das atas que ficam arquivadas em dossiê próprio nos serviços administrativos do Agrupamento.

Artigo 11º

(Comissões de trabalho)

- 1- Sempre que se justifique serão formadas comissões de trabalho, para o estudo e acompanhamento de qualquer área de competências do CG.

2-As comissões deverão apresentar sempre ao CG, os pareceres sobre os assuntos da sua área de competência.

3-Os pareceres e conclusões emitidas pelas comissões de trabalho carecem sempre de ratificação do CG e serão sujeitos a votação.

Artigo 12º

(Faltas de comparência às reuniões)

1-A falta previsível a uma reunião deverá ser comunicada, atempadamente, ao Presidente do CG

2-A falta de comparência a uma reunião do CG deverá ser justificada no prazo de cinco dias úteis.

3-As justificações das faltas deverão ser apresentadas por escrito ao Presidente.

4-Se qualquer membro do CG deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas ou cinco interpoladas sem justificação, perderá o mandato.

Artigo 13º

(Publicitação do trabalho do Conselho Geral)

O Conselho Geral utilizará os meios que considere convenientes para divulgar exteriormente à comunidade educativa as suas competências, trabalhos desenvolvidos e projetos.

Disposições Finais

Artigo 14º

(Regime subsidiário)

Aplica-se subsidiariamente o disposto no Código de Procedimento Administrativo, o Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho que republica o Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril e demais legislação aplicável, naquilo que não se encontre especialmente regulado no presente Regimento.

Artigo 15º

(Casos omissos e lacunas)

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, compete ao Conselho Geral, em caso de dúvida, interpretar este Regimento, proceder à integração das eventuais lacunas existentes no mesmo e, de acordo com o previsto nos normativos legais em vigor, deliberar sobre os casos omissos.

Artigo 16º

(Alterações ao Regimento)

1- O presente regimento poderá ser objeto de alterações, por proposta de pelo menos um terço dos membros do CG em efetividade de funções;

2- As alterações do Regimento, em resultado do número anterior, devem ser aprovadas por maioria qualificada de dois terços dos membros efetivos.

Aprovado em reunião de Conselho Geral de 17/03/2016

A Presidente do Conselho Geral

Preciosa da Glória Correia Pereira